



02 DE FEVEREIRO DE 2018

Sexta-feira

- PACOTAÇÃO DE AÇÕES NA SUPREMA CORTE TENTA RESTABELECEER IMPOSTO SINDICAL OBRIGATÓRIO
- DERRUBAR VETO DO REFIS É RESPOSTA AO MERCADO DE VANTAGENS
- EXPORTAÇÕES CRESCEM PUXADAS POR BENS INDUSTRIALIZADOS EM JANEIRO
- PRODUÇÃO CRESCE EM 20 DOS 24 RAMOS PESQUISADOS EM DEZEMBRO ANTE NOVEMBRO
- PEDIDOS DE FALÊNCIA CAEM 29,2% EM JANEIRO ANTE DEZEMBRO, DIZ BOA VISTA SCPC
- INDÚSTRIA MINEIRA PREVÊ CRESCIMENTO DE 3,3% ESTE ANO
- NEODENT VAI INVESTIR R\$ 70 MILHÕES PARA AUMENTAR PRODUÇÃO DA SUA FÁBRICA EM CURITIBA
- VICE-LÍDER DO GOVERNO DIZ QUE FEZ APELO A TEMER PARA ADIAR VOTAÇÃO DA REFORMA
- MANSUR REBATE ROSSO E DIZ QUE TEMER NÃO MUDARÁ DATA DE VOTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA
- PADILHA ADMITE QUE GOVERNO ACEITA ALTERAR TEXTO DA PREVIDÊNCIA PARA ATRAIR VOTOS
- COMO PREPARAR SUA EMPRESA PARA ENTRAR NO eSOCIAL
- ANÁLISE: INVERNO DA INDÚSTRIA ACABA, MAS HERANÇA AINDA VAI INCOMODAR
- CONTRADIÇÃO? EMPRESAS MAIS DESEJADAS DO MUNDO NÃO CONSEGUEM REter TALENTOS
- PARANÁ FECHA 2017 COM 67.239 NOVOS EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA
- ARTIGO: A DISTINÇÃO ENTRE GLOBALIZAÇÃO E GLOBALISMO

- ENQUANTO A ARGENTINA SAI DO BURACO, O BRASIL SE AFUNDA CADA VEZ MAIS
- REPENSAR A VIDA NO BRASIL PÓS-GUERRA
- PESSIMISMO COM ECONOMIA ATINGE MENOR NÍVEL EM TRÊS ANOS
- BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERAVIT DE US\$ 2,8 BI EM JANEIRO
- CONSUMO DE ENERGIA CRESCE 0,8% EM 2017, PRIMEIRA ALTA EM TRÊS ANOS
- IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO E COMBUSTÍVEL CRESCE 64,1% COM ECONOMIA AQUECIDA, DIZ MDIC
- CADE JULGARÁ FUSÕES DE GRANDES EMPRESAS E AÇÃO CONTRA MONTADORAS NO DIA 7
- VENDA DE VEÍCULOS NOVOS CRESCE 23,14% EM JANEIRO, DIZ FENABRAVE
- IMPORTAÇÕES DE AUTOMÓVEIS, PRINCIPALMENTE DA ARGENTINA, SUBIRAM 58%
- APÓS FIM DO INOVAR-AUTO, IMPORTAÇÃO DE VEÍCULOS SOBE 58%
- LICENCIAMENTOS DE CAMINHÕES E ÔNIBUS CRESCEM 56,5% EM JANEIRO
- COOPERSTANDARD VOLTA A CRESCER COM NOVOS PROJETOS
- MOTOS COMEÇAM 2018 COM ALTA DE 13,9%
- VENDAS DE VEÍCULOS TÊM O MELHOR JANEIRO EM DOIS ANOS
- KIA E SANTANDER FECHAM PARCERIA PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO

CÂMBIO		
EM 02/02/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,213	3,214
Euro	3,993	3,996

Fonte: BACEN

Pacotão de ações na Suprema Corte tenta restabelecer imposto sindical obrigatório

02/02/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Entidades de servidores públicos e trabalhadores privados alegam que mudança que acabou com obrigatoriedade da contribuição só poderia ser feita via lei complementar e não lei ordinária



Insatisfeitas com o fim da contribuição sindical obrigatória, entidades que representam servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada já ingressaram com sete ações diretas de inconstitucionalidade contra a reforma trabalhista desde que ela entrou em vigor, em novembro. A Lei 13.467/17 tornou facultativa a contribuição, condicionando-a “à autorização expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional”.

A mudança atingiu em cheio a principal fonte de receita dos sindicatos. Para piorar, o governo suspendeu o repasse de R\$ 500 milhões residuais do imposto sindical à centrais sindicais após uma auditoria do Ministério da Transparência identificar indícios de fraude e desvio no Ministério do Trabalho. Para técnicos da auditoria, o valor destinado às centrais causaria impactos financeiros nas contas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Tesouro Nacional.

Diante desse cenário, as entidades torcem por um desfecho rápido das ações que correm no STF. É que março é o mês da contribuição sindical dos trabalhadores e todos os empregados – sindicalizados ou não – eram obrigados a contribuir com o equivalente a um dia de trabalho. O desconto era feito pela empresa diretamente na folha de pagamento entregue em abril, com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Só que os termos de aplicação da reforma trabalhista geraram muitas dúvidas sobre este ponto.

Com base nas regras da reforma, o trabalhador paga o imposto sindical apenas se quiser. Caso aceite dar a contribuição, deve informar ao empregador que autoriza expressamente a cobrança sobre a folha de pagamento. Ou seja: a empresa só poderá fazer o desconto com a permissão do funcionário. O mesmo vale para o empregador. A contribuição também passou a ser facultativa para entidades patronais.

A principal argumentação das ações na Suprema Corte é que, por se tratar de “uma contribuição de típica natureza tributária”, a alteração que acabou com a obrigatoriedade não poderia ser feita por lei ordinária, mas apenas por lei complementar. Baseado nisso, tentam derrubar os dispositivos da Lei 13.467/17 que tratam do tema.

Pleiteiam uma manifestação do STF e aguardam uma posição da Procuradoria-Geral da República (PGR) a Confederação Nacional dos Servidores Públicos Municipais (CSPM), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aquaviário e Aéreo e a da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada. O ministro Edson Fachin é o relator do pacote de ações, cujo andamento está ainda na dependência dos pareceres regimentais da PGR.

Derrubar veto do Refis é resposta ao mercado de vantagens

02/02/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Quem gerou empregos durante a crise e, por razões claras como o cristal, não deu conta de pagar todos os tributos merece uma segunda chance



Marcos Oliveira/Agência Senado

As micro e pequenas empresas criaram 330 mil postos de trabalho e as médias e grandes demitiram 350 mil pessoas em 2017. Os números são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho. Heroico, da parte dos empreendedores menores. Mas a recompensa veio atravessada: o governo federal vetou integralmente o programa de refinanciamento de dívidas, o "Refis das Pequenas Empresas".

Quem gerou empregos durante a crise e, por razões claras como o cristal, não deu conta de pagar todos os tributos merece uma segunda chance? A resposta é simplíssima. Ainda mais que não se trata de renúncia fiscal ou misericórdia institucional, mas de política coerente para a promoção do trabalho. Dar suporte a quem movimentou a economia tem de ser uma prioridade.

Dar suporte a quem movimentou a economia tem de ser uma prioridade

O Planalto seguiu uma recomendação do Ministério da Fazenda. O ministro Henrique Meirelles, querido pelo mercado e por tributaristas, não pareceu sensível o suficiente para garantir estabilidade aos empresários interessados em acertar as contas com a União. Essa perspectiva não pegou ninguém de surpresa, de qualquer modo. Meirelles tem uma rica história com grandes bancos e corporações, e é chamado de "escolha do mercado". Essa escolha não tem a ver, de modo ainda mais evidente, com o amplo desenvolvimento. O mercado jamais se interessaria na igualdade de condições.

Os pequenos empresários foram preteridos tal qual um atleta de primeira dispensado por um resfriado, algo assim. E essa tem sido uma postura recorrente, desde que se impediu o aumento maior do novo teto ou quando se dificultou a criação de empresas de crédito para quem era do Simples.

Havia uma intenção bem objetiva de integrar microbancos que oferecessem condições mais baratas, com processos simplificados e sem a interferência exaustiva do Banco Central. Haveria de se regulamentar, para que a relação entre quem empresta e quem toma emprestado fosse a mais próxima do ganha-ganha. Acusaram, porém, o modelo de ser uma formalização da agiotagem – quando, a bem da verdade, os agiotas são os cartões de crédito e o governo: juntos, extorquem sem nenhum constrangimento.

No Paraná, o desejo salivante de colocar dinheiro no caixa tira o fôlego das pequenas enquanto dá vida de clube às grandes empresas. Chega a ser uma irracionalidade, muito provavelmente uma ilegalidade – a Fazenda do Paraná tem a atenção de legisladores, especialmente depois do aumento infame de imposto sob a bandeira de uma readequação.

O Refis é importante, essencial, "é o que tem para hoje". O próximo passo é incentivar os bons pagadores, dando acesso a crédito barato, para que consigam colocar as contas em dia. O histórico das pessoas jurídicas é que deve ser levado em conta na

hora da papelada e dos juros, e não a vontade unilateral dos analistas de risco dos grandes bancos. A unificação pelo Simples Nacional é um caminho para controles e avaliações precisas.

Vamos derrubar o veto, em nome de quem garantiu vagas de trabalho, e fortalecer a autonomia do Poder Legislativo.

João Arruda é deputado federal e vice-presidente nacional do MDB.

Exportações crescem puxadas por bens industrializados em janeiro

02/02/2018 – Fonte: MDIC



Embarques totalizaram US\$ 17 bilhões, valor recorde histórico para o primeiro mês do ano. O resultado foi impulsionado pela venda de manufaturados, cuja elevação atingiu 23,6%

No primeiro mês do ano, o superávit da balança comercial alcançou US\$ 2,8 bilhões, o segundo melhor resultado da série histórica, iniciada em 1989, para meses de janeiro. Os dados foram divulgados hoje pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). As exportações totalizaram US\$ 16,968 bilhões, resultado recorde para o período e que representou um crescimento de 13,8% em relação a janeiro de 2017. As importações somaram US\$ 14,199 bilhões, com um aumento de 16,4% na comparação o mesmo mês do ano passado.

As exportações tiveram crescimento tanto em relação aos preços (0,81%) quanto às quantidades (12,9%), em todas as categorias de produtos. Entretanto, o resultado positivo foi puxado especialmente pela venda de manufaturados, que no período registraram alta de 23,6%. “Esse aumento das quantidades exportadas está principalmente relacionado ao aquecimento da demanda mundial”, explica o diretor de Estatísticas e Apoio às Exportações, Herlon Brandão. “O PIB mundial cresceu mais de 3% em 2017 e espera-se que ocorra crescimento nessa ordem em 2018”, acrescenta.

Houve crescimento nos embarques de aviões (474%), óleos combustíveis (323%), açúcar refinado (294%) e máquinas para terraplanagem (171%), entre outros produtos. “A economia mundial aquecida demanda produtos brasileiros. Por outro lado, o Brasil tem aumentado a sua produção, principalmente de bens agrícolas, de petróleo, de minério. O investimento nessas áreas faz com que o país tenha excedente para ser exportado”, afirma Brandão.

O mês de janeiro também apresentou resultado expressivo nas importações, que tiveram aumento, em volume, de cerca de 10%. Cresceram nesse período as compras de combustíveis e lubrificantes (96,3%), de bens de consumo (19,2%), de bens de capital (11,4%) e de bens intermediários (5,8%).

A expectativa é que as importações se mantenham aquecidas ao longo do ano. “Esperamos que as importações cresçam a taxas superiores a das exportações em 2018. A expectativa de crescimento do PIB é de 3%, o que deve incentivar a importação de bens. Isso vai fazer com que o saldo anual diminua, mas ainda positivo e entre os maiores da história, na casa dos US\$ 50 bilhões”, explica Brandão.

Destinos e origens

Os cinco principais compradores de produtos brasileiros foram China (US\$ 3,366 bilhões), Estados Unidos (US\$ 2,247 bilhões), Argentina (US\$ 1,205 bilhão), Países Baixos (US\$ 871 milhões) e Chile (US\$ 540 milhões). Os principais mercados fornecedores, em janeiro, foram China (US\$ 2,844 bilhões), Estados Unidos (US\$ 2,390 bilhões), Alemanha (US\$ 876 milhões), Argentina (US\$ 727 milhões) e Coreia do Sul (US\$ 540 milhões).

Produção cresce em 20 dos 24 ramos pesquisados em dezembro ante novembro

02/02/2018 – Fonte: EM.com

A produção industrial cresceu em 20 dos 24 ramos pesquisados na passagem de novembro para dezembro de 2017. A informação é da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quinta-feira, 1º de fevereiro.

As principais influências positivas foram da alta de 7,4% registrada por veículos automotores, reboques e carrocerias, que reverteu a queda de 0,8% no mês anterior, e do avanço de 3,3% em produtos alimentícios, o segundo resultado positivo consecutivo, período em que acumulou crescimento de 4,3%.

Outras contribuições positivas relevantes partiram de produtos de borracha e material plástico (6,9%), metalurgia (4,2%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (10,3%), outros equipamentos de transporte (15,2%), produtos diversos (21,2%), produtos de metal (6,0%), celulose, papel e produtos de papel (3,3%) e perfumaria, sabões, produtos de limpeza e de higiene pessoal (1,8%).

Na direção oposta, os quatro ramos que reduziram a produção em dezembro foram produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-12,1%); coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-2,1%); indústrias extrativas (-1,5%) e bebidas (-2,1%).

Pedidos de falência caem 29,2% em janeiro ante dezembro, diz Boa Vista SCPC

02/02/2018 – Fonte: EM.com

Os pedidos de falência das empresas caíram 29,2% em janeiro na comparação com dezembro de 2017, segundo dados da Boa Vista SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito) divulgados nesta sexta-feira, 2.

Já as falências decretadas subiram 54,2%, os pedidos de recuperação judicial tiveram elevação de 31,8% e as solicitações de recuperação judicial deferidas cresceram 32,3%.

Em 12 meses até janeiro, houve queda de 19% nos pedidos de falência. Os pedidos de recuperação judicial e recuperações judiciais deferidas também recuaram, 20,2% e 17,8%, respectivamente. Por outro lado, as falências decretadas subiram 54,2%.

Conforme análise da Boa Vista SCPC, a comparação em 12 meses mostra que as empresas apresentam sinais mais sólidos dos indicadores de solvência, passado o período de intensa retração da atividade econômica, redução do consumo, restrição e encarecimento do crédito.

"Fato que deve continuar, uma vez que o cenário econômico tem mostrado recuperação em diversos setores produtivos", afirma em nota.

Indústria mineira prevê crescimento de 3,3% este ano

02/02/2018 – Fonte: EM.com



As montadoras são o carro-chefe da recuperação industrial em Minas e no Brasil, acelerando produção e vendas

Depois de três anos em queda – entre 2014 e 2016 – que se seguiram a dois anos de estagnação – 2012 e 2013 – o faturamento real industrial de Minas Gerais em 2017 cresceu 1,3% em relação a 2016.

Os dados são da Fiemg Index, pesquisa mensal de indicadores industriais realizada junto às médias e grandes empresas, divulgada pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg).

O levantamento mede o desempenho da indústria mineira por meio do faturamento real, emprego, massa salarial real, horas trabalhadas na produção, utilização da capacidade instalada e rendimento médio real.

Em dezembro de 2017 o faturamento industrial no estado havia avançado 6,2% em relação a novembro, compensando o recuo de 6% registrado naquele mês.

“Carregamos o ritmo de crescimento de 2017 para 2018 e começamos bem melhor o ano. Estamos esperando para 2018 em Minas Gerais um crescimento da produção industrial da ordem de 3,3% contra 1,9% verificado em 2017”, considerou ontem Lincoln Gonçalves Fernandes, presidente do Conselho Político Econômico da Fiemg.

Segundo ele, a indústria Minas tende a crescer mais do que o país porque nos últimos anos teve quedas maiores do que a média nacional.

BALANÇO EM NÚMEROS

FATURAMENTO REAL

Dezembro 2017/Novembro 2017	6,2%
Acumulado 2017	1,3%

HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO

Dezembro 2017/Novembro 2017	3,9%
Acumulado 2017	-1,6%

EMPREGO

Dezembro de 2017/Novembro 2017	-0,1%
Acumulado 2017	-4,9%

MASSA SALARIAL REAL

Dezembro 2017/Novembro 2017	0,9%
Acumulado 2017	0,6%

RENDIMENTO MÉDIO REAL

Dezembro 2017/Novembro 2017	1,8%
Acumulado 2017	5,7%

UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE INSTALADA

Dezembro 2017	80,1%
Acumulado 2017	78,5%

Média histórica **83,2%**

Fonte: Fiemg

Os setores em que há maior expectativa de crescimento são, segundo Lincoln, extração mineral, celulose, automotivo e mineral metálico. Já a construção civil, permanece uma incógnita. “O estoque de imóveis residenciais de médio e alta renda estão se esgotando.

O estoque de imóveis comerciais novos estão se esgotando. Temos muitos prédios antigos para alugar, mas novos temos pouco. A demanda por imóveis novos vai surgir. Existe potencial mas ainda não temos clareza das políticas para financiamento e se os bancos estão capitalizados para fazê-lo”, considera.

Ao mesmo tempo em que os indicadores industriais apontaram bom desempenho, as horas trabalhadas na produção e o emprego mantiveram em 2017 variação negativa, acumulando quatro anos de queda, segundo o Fiemg Index.

“Na comparação com 2016, o índice das horas trabalhadas na produção recuou 2%, embora, no acumulado do ano, tenha sido registrado o menor recuo em quatro anos, que foi de 1,6%”, disse Lincoln. Também o emprego encerrou 2017 em queda de 4,9% em relação a 2016, recuo menos intenso do que em 2016, face a 2015, quando foi registrada retração de 7,1% nos índices de emprego.

Apesar de o número de empregos na indústria mineira registrar quatro baixas sucessivas, o índice que mensura a massa salarial real apresentou em 2017 um aumento de 0,6%, depois de cair 9,1% em 2015 e 9,6% em 2016. Também o rendimento médio real registrou no acumulado do ano uma elevação de 5,7% em relação a 2016, a maior desde 2011, quando foi registrado um crescimento na massa salarial de 6,8% em relação a 2015.

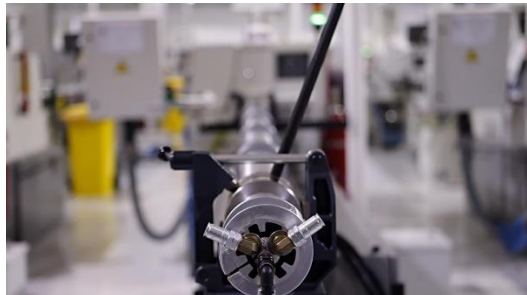
Capacidade instalada

Em 2017, a indústria mineira utilizou 78,5% de sua capacidade instalada, um pequeno aumento de 0,3 ponto percentual em relação à média de 2016, de 78,2%. “Como ainda temos um índice de ociosidade grande na indústria mineira, a recuperação do setor de bens de capitais é a mais crítica e menor em relação aos demais setores. Aqui em Minas apenas os setores da celulose e extrativo mineral não têm ociosidade significativa”, afirma ele, acrescentando que exatamente por isso, para a maior parte da indústria, o aumento da atividade industrial não representará no curto prazo mais investimentos.

Neodent vai investir R\$ 70 milhões para aumentar produção da sua fábrica em Curitiba

02/02/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Nova rodada de investimentos acontece um ano depois de a empresa ter aumentado a sua fábrica e construído um novo Centro de Distribuição



Depois de investir R\$ 60 milhões no ano passado para ampliar sua fábrica na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e construir um novo centro de distribuição, a Neodent — fabricante de implantes dentários que faz parte do grupo suíço Straumann — voltará a investir neste ano para aumentar sua capacidade produtiva. A empresa vai desembolsar R\$ 70 milhões para trazer 30 novas máquinas e contratar 120 pessoas para trabalhar na linha de produção. O objetivo é ter, até o fim do ano, capacidade para produzir 10 milhões de peças, entre implantes dentários e componentes.

As novas máquinas vêm da Alemanha e vão chegar à fábrica da Neodent gradualmente. Estão previstas de duas a três máquinas por mês até o fim do ano, totalizando o pedido de 30 equipamentos. Duas máquinas já chegaram em janeiro e entram em operação agora em fevereiro. Em média, o equipamento leva quatro semanas para entrar em operação depois de entregue, pois precisa passar por testes e validações.

As máquinas são mais modernas e, na grande maioria, serão destinadas a fazer a nova linha de implantes dentários da Neodent, lançada no segundo semestre de 2017. Chamada de Grand Morse, trata-se de um implante que pode ser usado tanto na mandíbula, que tem ossos moles e porosos, quanto no maxilar, que tem ossos mais duros. Antes, a empresa desenvolvia uma linha de produtos para cada tipo de osso. Receba os destaques, alertas de notícias urgentes e curadoria de conteúdo da **Nova Economia** direto no app de mensagens

Com o novo maquinário e a contratação de 120 funcionários, a empresa espera aumentar a sua capacidade de produção dos atuais 9 milhões de peças para 10 milhões por ano. Do total de peças produzidas, o que inclui componentes e instrumentos, mais de 2 milhões serão exclusivamente implantes dentários. A nova capacidade total de produção deve ser alcançada no fim de 2018.

Rodadas de expansão

A primeira rodada de expansão da Neodent, depois que a empresa paranaense foi adquirida em 2015 pelo grupo suíço Straumann por cerca de R\$ 1,2 bilhão, aconteceu no ano passado.

O grupo investiu R\$ 60 milhões para ampliar a fábrica da Neodent na CIC e para construir um novo centro de distribuição (CD). O parque fabril passou de 10 mil metros quadrados para 15 mil metros quadrados, ganhou novos maquinários e uma nova linha de produção, responsável por fazer os implantes Grand Morse.

A capacidade da fábrica passou de 6 milhões de peças (implantes + componentes) anuais para os atuais 9 milhões. Já o CD construído é totalmente novo, automatizado, com 2,8 mil metros quadrados e capacidade de movimentar 2 milhões de peças por ano. O centro logístico fica ao lado da fábrica.

Neste ano, a empresa segue com a sua segunda etapa de expansão, com a vinda das 30 novas máquinas, um investimento de R\$ 70 milhões, totalizando R\$ 130 milhões desde quando o grupo Straumann passou a controlar o negócio.

O objetivo é aumentar a capacidade produtiva da empresa para atender, principalmente, o mercado externo. Até 2022, a Neodent quer estar exportando, pelo menos, 50% da sua produção total.

Em 2017, a empresa vendeu 1,3 milhão de implantes no Brasil e cerca de 500 mil no exterior. Ela está presente em 25 países e tem como foco, além do mercado interno, os Estados Unidos. A grande aposta da empresa no mercado americano é a linha Grand Morse. Na América Latina, já é líder de mercado, sendo responsável por comercializar 56% dos implantes vendidos no Brasil.

Nova fábrica em Curitiba no futuro

O CEO da Neodent, Matthias Schupp, afirma que, depois de concluída a segunda fase de expansão em 2018, a empresa vai se preparar para uma terceira e quarta rodadas de investimentos. "No fim de 2018, já vamos estar com a nossa fábrica toda ocupada. Temos planos de construir uma nova unidade em Curitiba, que é a nossa casa, entre 2019 e 2020", afirma o executivo em entrevista à **Gazeta do Povo**.

Ele também destaca que a empresa vem crescendo a taxas de dois dígitos há três anos e que os investimentos projetam que, dentro do prazo de cinco anos, o mercado

brasileiro de implantes dentários vai duplicar, assim como o externo vai continuar crescendo.

Vice-líder do governo diz que fez apelo a Temer para adiar votação da reforma

02/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Um dos vice-líderes do governo na Câmara, o deputado Rogério Rosso (PSD-DF), diz que fez um apelo ao presidente Michel Temer para adiar a votação da reforma da Previdência e não marcar nova data. Para Rosso, se a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) for colocada em votação no dia 19 de fevereiro será derrotada e o País perderá a oportunidade de tratar do tema. “A Previdência está cada vez mais longe de ser aprovada”, concluiu.

Rosso, cuja base do eleitorado é de servidores públicos, se colocou na linha de frente para negociar com o governo propostas de interesse das categorias do funcionalismo na reforma. O deputado disse que o governo não chegará “em nenhuma hipótese” aos 308 votos necessários para aprovar a PEC em dois turnos e que faltam muito mais do que os 50 votos que o governo admite. Nas contas de Rosso, os governistas têm no máximo 240 votos.

Para Rosso, a insistência do governo com a votação da PEC é um “desserviço” ao País. Ele reclamou do “tensionamento” que a proposta causa e disse que o adiamento pode distensionar a base aliada. O deputado reclamou da “abordagem” dos auxiliares diretos de Temer e disse que o grupo próximo do presidente da República resiste às mudanças no texto.

De acordo com o vice-líder, Temer compreende as dificuldades, mas está “obstinado” pelo assunto por acreditar que não pode desperdiçar a oportunidade de votar o tema agora. Rosso afirmou que Temer sinalizou que não colocará a PEC em votação sob risco de derrota. “Imagine o comportamento do mercado (financeiro) se a Previdência não for aprovada?”, comentou.

Em entrevista coletiva, Rosso disse que os servidores querem discutir no texto a regra de transição, pensão por morte e tratamento especial para profissionais que atuam em atividade de risco, como policiais.

O parlamentar afirmou que o texto proposto pelo governo não convenceu a maioria da população e a campanha do governo contra os “privilegiados” colocou “brasileiro contra brasileiro”. “Fiz um apelo para parar a campanha do privilegiado. Generalizar que todo servidor é privilegiado não é verdade”, criticou.

Mansur rebate Rosso e diz que Temer não mudará data de votação da Previdência

02/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Minutos após o deputado Rogério Rosso (PSD-DF) contar que pediu ao presidente Michel Temer o adiamento da votação da reforma da Previdência e que o emedebista teria sinalizado que não levaria a PEC ao plenário da Câmara sem os votos necessários, o deputado Beto Mansur (PRB-SP) disse que o governo manterá a apreciação da proposta em fevereiro. “Temer não vai recuar de jeito nenhum”, afirmou.

Segundo Mansur, Temer o orientou a seguir em frente nas negociações. “Acabei de falar com o presidente e ele foi taxativo que vamos votar dia 20”, disse Mansur. Rosso e Mansur são vice-líderes do governo na Casa.

A emenda aglutinativa da reforma da Previdência deve ser apresentada no início dos trabalhos legislativos, na próxima semana. A fase de debates no plenário está marcada para o dia 19 e, esgotada a discussão, acontecerá a votação. O governo precisa de 308 votos para aprovar a PEC em dois turnos.

Mais cedo, Rosso revelou que fez um apelo a Temer para não marcar data para votação da PEC e que o governo está muito mais longe dos votos necessários do que anuncia. "A Previdência está cada vez mais longe de ser aprovada", concluiu Rosso.

Padilha admite que governo aceita alterar texto da Previdência para atrair votos

02/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

No esforço para tentar aprovar o projeto de reforma da Previdência, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, admitiu que o governo aceita alterar o texto a ser votado no Congresso para tentar atrair mais votos.

A alteração, porém, não pode tocar em dois pontos considerados "inegociáveis" pelo governo: idade mínima e unificação dos sistemas para adoção do limite dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

"Em princípio, o nosso texto é o relatório do deputado Arthur Maia (PPS-BA)", disse o ministro, em entrevista coletiva no Palácio do Planalto, ao responder questão sobre eventual espaço para ajustar o texto. "Porém, se mostrarem por A, B ou C que nos garantem votos para aprovar, aí é possível que se faça alguma mudança", admitiu o ministro, ao destacar os dois pontos considerados "inegociáveis".

Nesse trecho da entrevista, o ministro voltou a afirmar que o presidente Michel Temer tem defendido que o projeto de reforma deve ser votado em fevereiro. "Temer tem dito que quer em fevereiro encerrar esse assunto", disse Padilha. "Governo quer liquidar em fevereiro e nossa disposição é votar. Agora, vamos deixar claro que quem faz a pauta da Câmara é o presidente Rodrigo Maia", completou.

Eliseu Padilha nota que o governo e o próprio presidente Temer têm se esforçado para tentar evitar que não ocorra no Brasil o que aconteceu em países como a Grécia, onde aposentados tiveram redução do benefício. "Nem é preciso ir tão longe. É só olhar o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro que não está pagando (servidores) em dia", disse. "Passou o tempo em que se imaginava que o governo sempre traria uma solução. Não tem solução", comentou.

Como preparar sua empresa para entrar no eSocial

02/02/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

A partir de 1.º de julho de 2018, todas as empresas vão precisar aderir ao eSocial, sistema que vai unificar o envio de informações para o governo



Sistema será obrigatório para todas as empresas, a partir de julho Marcelo Camargo/Agência Brasil

A partir de 1.º de julho, todas as empresas brasileiras devem se adequar ao eSocial. Pelo serviço, os empregadores devem informar obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias para o governo, de forma periódica. Veja como se preparar.

[Confira 4 dicas para se adequar ao eSocial](#)

O eSocial reúne 15 obrigações acessórias, como o comunicado de acidente de trabalho (CAT) e a relação anual de informações sociais (Rais). Todas as empresas são obrigadas a aderir.

A lógica é parecida com a do Simples, que unifica oito tributos em um único sistema e boleto. O eSocial faz isso com as obrigações acessórias: no lugar de preencher 15 obrigações separadamente, as empresas precisam abastecer um único grande sistema.

A migração para o eSocial deve ser bastante trabalhosa. As empresas vão precisar atualizar bancos de dados, adequar softwares e passar a coletar informações que hoje não são necessárias. Por isso é importante se preparar desde já.

Mas, com o tempo, a tendência é facilitar a burocracia. "Acredito que o eSocial pode trazer uma otimização de processos de recursos humanos, no longo prazo", opina Valter Shimidu, sócio da KPMG. Isto porque hoje "você tem uma massa de obrigações acessórias, e passa a ter uma única obrigação para entregar mensalmente".

Entenda mais sobre o eSocial e veja como se preparar para implantar na sua empresa:

O que é o eSocial

Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas. É um sistema pelo qual os empregadores vão informar, de forma unificada, todas as obrigações acessórias relativas aos seus empregados. Os órgãos participantes são a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O que o eSocial unifica

O eSocial unifica 15 obrigações acessórias em um único sistema. São eles:

- GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social
- CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT
- RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.
- LRE - Livro de Registro de Empregados
- CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho
- CD - Comunicação de Dispensa
- CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social
- PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário
- DIRF - Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte
- DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais
- QHT - Quadro de Horário de Trabalho
- MANAD - Manual Normativo de Arquivos Digitais
- Folha de pagamento
- GRF - Guia de Recolhimento do FGTS
- GPS - Guia da Previdência Social

Qual a diferença para o modelo vigente

Atualmente, os empregadores já são obrigados a repassarem informações dos seus empregados para o governo federal. A diferença é que os dados são fragmentados. A vantagem da unificação é que muitos destes dados são duplicados, ou seja, é preciso enviar a mesma informação para o INSS e o MTE. Além disso, cada órgão tem um prazo diferente. Com o eSocial há uma unificação de datas.

Quem deve aderir ao eSocial

Todas as empresas devem aderir. Com exceção de Microempreendedores Individuais que trabalhem sozinhos, sem nenhum funcionário.

Mesmo as micro e pequenas empresas, e as que já preenchem obrigações acessórias pelo Simples Nacional vão precisar aderir ao eSocial.

Quando o eSocial passa a valer

O eSocial está em vigor desde 8 de janeiro para as empresas muito grandes, que faturam acima de R\$ 78 milhões. São cerca de 15 mil, no país todo, nesta situação. Para as demais empresas (quase 8 milhões) o eSocial passa a valer em 1.º de julho de 2018. A implantação vai ser dividida em cinco fases.

Fase 1: Julho/18 - Apenas informações relativas às empresas, ou seja, cadastros do empregador e tabelas

Fase 2: Set/18: Nesta fase, empresas passam a ser obrigadas a enviar informações relativas aos trabalhadores e seus vínculos com as empresas (eventos não periódicos), como admissões, afastamentos e desligamentos

Fase 3: Nov/18: Torna-se obrigatório o envio das folhas de pagamento

Fase 4: Janeiro/19:2. Substituição da GFIP (Guia de informações à Previdência Social) e compensação cruzada

Fase 5: Janeiro/19: Na última fase, deverão ser enviados os dados de segurança e saúde do trabalhador

Órgãos públicos também devem aderir. O prazo para eles começa em janeiro de 2019.

ANÁLISE: Inverno da indústria acaba, mas herança ainda vai incomodar

02/02/2018 – Fonte: GS Notícias



Fábrica da Nissan em Resende, no Rio de Janeiro, contratou funcionários no ano passado. Foto de Márcia Foletto / Agência O Globo

RIO - O longo inverno da indústria brasileira parece ter chegado ao fim. Após três anos seguidos no vermelho, período no qual acumulou queda de 16,7%, a produção reagiu e avançou 2,5% em 2017.

É o melhor desempenho desde 2010, o ano de ouro da economia brasileira, quando houve um salto de 10,2%. A mudança do cenário da indústria é uma realidade, mas a herança dos anos de perdas ainda vai incomodar por um tempo.

Os números são claros: as longas sequências de taxas negativas nas diferentes atividades - passaram de 30 meses em alguns casos - foram substituídas por taxas positivas no ano passado. No início, o desempenho foi instável, mas aos poucos foi ganhando força.

Ao todo, a produção só teve dois recuos mensais em 2017, tanto frente ao mês anterior quanto em relação a igual mês do ano anterior. As taxas positivas foram espalhadas entre as categorias de uso - como se classifica a indústria pela finalidade, como bens de consumo e intermediários.

A indústria ganhou tração com o desempenho das exportações, que cresceram para US\$ 150,745 bilhões após cinco anos de resultados ruins -, mas também foi favorecida pelo aumento da confiança dos empresários e por fatores como a redução dos juros,

a desaceleração da inflação - que ficou em 2,95% - e o aumento da renda - o ganho do trabalhador voltou ao pico histórico.

A disposição para o consumo melhorou - embora ainda em nível elevado, o desemprego também foi melhorando ao longo do ano -, contaminando de forma positiva especialmente bens de consumo duráveis e bens de capital - máquinas e equipamentos, considerados como termômetros dos investimentos.

Os resultados de dezembro e do último trimestre de 2017 trazem mais otimismo. O ritmo de alta se acelerou, apontando uma trajetória mais consistente de recuperação. Apesar dos céus mais claros para a indústria, no entanto, o passado ainda vai cobrar seu preço. No fim de 2017, o patamar de produção estava 13,8% abaixo do ponto mais alto da série histórica.

As perdas acumuladas são muito grandes e é possível que pelo menos até o fim de 2019 não seja possível recuperar tudo o que a indústria retraiu só entre 2014 e 2016. Pela previsão de analistas ouvidos pelo Boletim Focus, do Banco Central, o crescimento será perto de 3% tanto este ano quanto no próximo. Ou seja, o crescimento do triênio 2017 a 2019 ainda será inferior à perda de 2014 a 2016.

E mesmo antes de 2014 a indústria não vinha tão bem. O ano de 2013 foi de alta de 2,1%, mas após recuo de 2,3% em 2012. O ano de 2011 ficou praticamente estável (alta de 0,4%), após a disparada de 10,2% de 2010. A indústria precisa recuperar o tempo perdido nos últimos e terá que enfrentar problemas sérios como a baixa competitividade e a necessidade de mais investimentos em inovação.

Contradição? Empresas mais desejadas do mundo não conseguem reter talentos

02/02/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Levantamento da Paysa, empresa que compara as características de organizações, aponta que as gigantes de tecnologia não conseguem manter seus talentos por muito mais de dois anos



Entre as companhias que os jovens mais desejam trabalhar estão o Facebook, Amazon, Google, Apple e as demais gigantes da tecnologia, apontam diversos estudos já realizados, inclusive pelo LinkedIn.

Ainda assim, os funcionários que trabalham nelas não chegam a ficar três anos na empresa: de acordo com um estudo da Paysa, empresa que compara as características de empresas, o tempo máximo que chegaram a trabalhar em uma delas foi 2,02 anos – caso do Facebook, que lidera a lista.

Foram avaliadas dez empresas: Facebook, Google, Oracle, Apple, Amazon, Twitter, Microsoft, Airbnb, Snap Inc. – controladora do Snapchat – e Uber. Elas foram divididas entre “disruptivas da tecnologia”, as avaliadas em mais de US\$ 10 bilhões e que estão na bolsa há pelo menos dez anos, e “titãs”, com valor de mercado superior a US\$ 100 bilhões e que também estejam na bolsa há pelo menos 10 anos.

Confira abaixo qual a permanência média dos funcionários em cada uma delas:

Facebook: 2,02 anos
Google: 1,90 ano
Oracle: 1,89 ano
Apple: 1,85 ano
Amazon: 1,84 ano
Twitter: 1,83 ano
Microsoft: 1,81 ano
Airbnb: 1,64 ano
Snap Inc.: 1,62 ano
Uber: 1,23 ano

Paraná fecha 2017 com 67.239 novos empregos com carteira assinada

02/02/2018 – Fonte: Bem Paraná

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho, mostram que em 2017 foram gerados no Paraná 67.239 empregos com carteira assinada para jovens de até 24 anos. Foi o melhor resultado entre os Estados da Região Sul.

No ranking brasileiro, o Paraná conquistou a terceira colocação, com 8,2% do total nacional, ficando atrás apenas para São Paulo e Minas Gerais, Estados bem maiores em termos populacionais. Como comparação, o Rio de Janeiro ficou em sexto lugar nacional, criando 45,8 mil vagas, ou 5,6% do total, ficando três posições atrás do Paraná.

“O bom resultado do emprego para jovens é muito bem-vindo, uma vez que essa faixa etária geralmente exhibe taxas de desocupação mais altas que a média”, afirmou o presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), Julio Suzuki Júnior.

DESEMPENHO POSITIVO - Dos setores de atividade econômica, os que concentram os maiores saldos positivos de emprego para jovens de 14 (idade mínima para trabalhar como aprendiz) aos 24 anos no Paraná são os de serviços, indústria e comércio.

Só o setor de serviços abriu no ano passado 26,4 mil vagas formais para esses trabalhadores, o que significa 39,3% do total. Na indústria foram 19,5 mil; e no comércio 17,7 mil postos.

Também tiveram desempenho positivo para esta faixa etária, a agropecuária, com 2,6 mil vagas; e a construção civil, com saldo de 770 postos de trabalho.

O aquecimento do mercado de trabalho para os jovens foi mais percebido nas grandes cidades paranaenses. Curitiba conquistou 24% do total estadual, criando 16,1 mil vagas. Na sequência, Maringá e Londrina representam respectivamente 6,3% e 4,5% dos postos. Na quarta e quinta colocações aparecem Cascavel e São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba.

IPARDES - O IparDES é uma instituição de pesquisa vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Sua função é estudar a realidade econômica e social do Estado para subsidiar a formulação, a execução, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas.

Artigo: A distinção entre globalização e globalismo

02/02/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Globalismo é um conceito político, enquanto globalização é conceito econômico. Não dá para usar essas palavras como sinônimos nunca



A linguagem é um recurso exclusivo do animal homem, pelo qual se dá a comunicação entre os humanos usando um instrumento maravilhoso: a língua, suas palavras e as normas de construção de pensamentos e raciocínios. As palavras e a maneira de organizá-las seguem um código esquemático de significados e funções. Assim, é conduta reprovável o desprezo pelo estudo da língua, seus vocábulos, sua lógica, sua gramática e a miríade de possibilidades que a linguagem nos proporciona.

Infelizmente, um país em que um governante maior da nação quase se orgulha de falar errado e demonstra que não se interessa pelo idioma nacional, sob o aplauso de asseclas que acham isso charmoso, é um país culturalmente miserável, que quase renuncia à exploração desse dom do ser humano: a linguagem. As palavras têm significado e exprimem conceitos, que são a representação mental de um objeto abstrato ou concreto para identificar, descrever e classificar os diferentes elementos e aspectos da realidade do objeto.

O globalismo tenta fazer imposições iguais para todos os países sem considerar as diferenças entre os povos

Há duas palavras que, embora completamente diferentes, vêm sendo usadas como se fossem iguais, prestando-se a confusões dialéticas: *globalização* e *globalismo*. As diferenças entre as duas são abissais, irreconciliáveis. Não dá para usá-las como sinônimos nunca. Globalismo é um conceito político, enquanto globalização é conceito econômico.

Em economia, há duas teorias para explicar as vantagens do comércio entre as nações. Uma é chamada de "vantagens absolutas"; a outra, de "vantagens relativas".

Quanto a esta última, a questão é simples: cada país deve dedicar seus recursos e seus esforços para produzir aquilo que faz melhor e mais barato que os demais e, por meio das trocas, vender o excedente em relação ao consumo interno e importar aquilo que outros países fazem com mais eficiência.

A globalização econômica é a abertura comercial dos países para exportar e importar bens, serviços e tecnologias, e há fartas provas de que ela promoveu melhorias no padrão de vida e ajudou a reduzir a pobreza.

Um exemplo interessante é o de uma simples camisa fabricada na Malásia, utilizando máquinas feitas na Alemanha, algodão proveniente da Índia, forros de colarinho do Brasil, tecido de Portugal, e vendida no varejo no Canadá e outros países.

Globalização econômica significa livre comércio e se trata de um arranjo que não necessita da intervenção de governos e burocratas – aliás, funciona muito melhor sem eles.

Globalismo é outra coisa: é um arranjo que só existe e funciona por causa de políticos e burocratas, é uma política internacionalista pela qual organismos mundiais e seus burocratas querem controlar o mundo e interferir na vida das populações por meio de decisões e resoluções autoritárias, em assuntos como imigração, racismo, descriminalização de drogas, educação, ideologia de gênero, aborto, maioria penal e por aí vai.

O globalismo, ao tentar fazer imposições iguais para todos os países sem considerar as diferenças entre os povos, enfraquece o Estado-nação e a soberania interna, e significa a centralização do poder político em escala mundial.

Para julgar e adotar posição individual a respeito de qualquer coisa, especialmente sobre temas complexos, a pessoa deve conhecer o significado das palavras, estudar o conteúdo e os efeitos dos instrumentos que delas derivam, para aí, sim, conforme sua crença, assumir a defesa desta ou daquela proposição. Sem isso, o debate fica empobrecido. Infelizmente no Brasil, essa é a norma.

(José Pio Martins, [economista](#), é reitor da Universidade Positivo).

Enquanto a Argentina sai do buraco, o Brasil se afunda cada vez mais

02/02/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Por que nossos vizinhos saíram da 156ª posição em 2017 para a 144ª este ano no ranking global de liberdade econômica da Fundação Heritage, enquanto nós caímos da 140ª para a 153ª? Resposta rápida: gastamos muito mal nosso dinheiro



Presidente Michel Temer durante almoço oferecido pelo presidente da República Argentina, Mauricio Macri (Olivos - Argentina 03/10/2016)

Na segunda-feira (29), o presidente argentino Mauricio Macri anunciou um corte de 25% dos funcionários do executivo. Um em cada quatro funcionários públicos deixará o cargo, gerando uma economia anual de 20% em relação ao gasto com a estrutura atual.

Em novembro passado, o Banco Mundial publicou um relatório sobre os gastos públicos no Brasil. Por meio dele ficou-se sabendo que a dívida pública aumentou de 51,5% para 73% do PIB em de 2012 para cá. Os servidores públicos federais ganham 67% a mais que seus equivalentes na iniciativa privada. A previdência usa 35% de seus recursos para subsidiar a parcela 20% mais rica da população, enquanto dá 18% para os 40% mais pobres.

São dois retratos distintos de países vizinhos que explicam bastante a posição de cada no ranking global de liberdade econômica da Fundação Heritage, que está sendo divulgada no Brasil com exclusividade pela Gazeta do Povo. ([Veja o ranking completo](#)) A distância entre os dois países no ranking nem é tão grande assim. O Brasil está na 153ª posição, com 51,4 pontos, e a Argentina ocupa o 144º lugar, com 52,3 pontos, o que caracteriza ambos os países como economias majoritariamente não-livres.

Altos e baixos

Ao longo das últimas duas décadas, o ranking da Heritage acompanhou os sucessos e os fracassos de Brasil e Argentina.

O Brasil deu um salto incrível até o final do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, e se manteve estável, como uma economia moderadamente livre até o fim do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2007, entrou em declínio e até ser finalmente ultrapassado pela Argentina agora, em 2018.

A Argentina, que até o ano 2000 era majoritariamente livre, de acordo com o ranking da Heritage, indicando um futuro melhor, interrompeu sua trajetória ascendente com a crise de 2001, quando o governo entrou em colapso e deu um calote na dívida pública, então em US\$ 100 bilhões. Houve congelamento de preços para tentar controlar a hiperinflação e a renúncia do presidente Fernando de la Rúa.

De majoritariamente livre, a Argentina caiu para moderadamente livre em 2001, majoritariamente não-livre de 2003 a 2011 e sob o governo de Cristina Kirchner, chegou ao seu ponto mais baixo, entrando para o rol das economias reprimidas, da qual só saiu em 2017, voltando a ser uma economia majoritariamente não-livre.

Segundo a Fundação Heritage, a recuperação da Argentina deve-se principalmente aos esforços do governo Macri, que integrou o país ao mercado internacional, promoveu reformas significativas, e mudou o panorama regulatório ajudando a criação de novas empresas e aumentando a competitividade.

As medidas incluem o câmbio flutuante do peso, a remoção de barreiras para a exportação de commodities agrícolas, o fim de subsídios na área de energia, reformas na agência oficial de estatísticas (os números sobre inflação sob o governo de Cristina eram manipulados) e um acordo para quitar os débitos do calote dado em 2001 e recuperar a confiança internacional. O maior obstáculo para maiores avanços é a oposição ferrenha no congresso, dominado pelos adversários de Macri.

O Brasil, que em 2017 ocupava a 140ª posição (a Argentina era a 156ª colocada), caiu principalmente em razão do aumento brutal de sua dívida pública, de acordo com a Fundação Heritage. "A principal prioridade do presidente Michel Temer deve ser a recuperação das finanças públicas".

É bom levar em conta que a Heritage leva em conta vários fatores para compor seu índice. Em todos a nota vai de 0 a 100. O Brasil ganhou sua pior nota justamente no quesito Saúde Fiscal, com uma nota que não dá para ir nem para a recuperação: 7,7.

A segunda pior nota foi dada no tópico Integridade do Governo, com 31,4, indicando que nossos vários escândalos de corrupção não passaram despercebidos aos pesquisadores da fundação. Outras notas medíocres foram dadas nos quesitos Liberdade de Trabalho (46,8), Liberdade de Investimento (50), Liberdade Financeira (50) e Gastos do Governo (50,7).

Um retrato fidelíssimo de país corrupto, que gasta mal, e atrapalha os cidadãos que tentam investir e empreender.

Repensar a vida no Brasil pós-guerra

02/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Economia dá sinais de sair do coma, após sofrer destruição de país bombardeado

O DATAFOLHA confirma que os brasileiros não estavam tão otimistas com as perspectivas da economia fazia três anos. Nesta quinta (1º), soube-se ainda que a indústria cresceu mais do que o previsto em dezembro passado, que a venda de

automóveis continuou a aumentar em janeiro, que a venda de caminhões ressuscita e que a confiança dos empresários é a maior em três anos e meio.

Dada a ruína que ainda é fácil e doloroso observar nas ruas e nas estatísticas, ainda há quem se insulte com o comentário a respeito da reanimação dos brasileiros, captada em todas as pesquisas.

Por que então interessa notar o fenômeno da confiança em alta casada com a recuperação, nanoscópica mas disseminada agora por quase toda a economia?

Porque essa consonância de ânimos e notícias melhores é novidade, coisa que não se via desde o início da década. Porque essa ainda discreta, mas provavelmente crescente, melhora de ânimos deve ter efeitos políticos. Porque a economia fora do coma muda um pouco os termos do debate do que é necessário mexer na política econômica.

Antes de mais nada, observe-se que, no caso dos números do Datafolha, o sentimento dos brasileiros quanto a desemprego, inflação e poder de compra dos salários ainda é parecido com o de meados de 2014. Trata-se de nível de confiança muito maior que o registrado durante o desastre de 2015 a 2017, mas não é lá grande coisa, embora algo se mova.

Em meados de 2014, último ano de Dilma 1, os brasileiros sentiam os efeitos do começo da recessão. A confiança no futuro da economia vinha na verdade em baixa desde o junho de 2013.

A diferença, agora, neste começo de 2018, é que a confiança vem crescendo e é corroborada pelos primeiros efeitos visíveis da recuperação econômica, evidente desde fins do ano passado. Visíveis com lupa, mas visíveis.

Sim, o crescimento da indústria, de 2,5% no ano passado, nem de longe compensa a destruição das fábricas desde 2014. A produção industrial no final de 2017 ainda era quase 15% menor do que no final de 2013. Isso é destruição de bombardeios de guerra.

A taxa de desemprego é ainda quase o dobro da registrada em 2014. Se tudo der certo, não vai chegar a um nível aceitável antes de 2021 ou 2022.

O aumento real médio dos salários neste ano não deve ser grande coisa, pois em 2017 a renda do trabalho se beneficiou especialmente da queda grande e inesperada da inflação. Neste ano, a inflação deve subir um tico, e os reajustes nominais serão menores.

O aumento da renda total do trabalho vai vir do crescimento do número de pessoas empregadas. De resto, dificilmente o mercado de trabalho será menos precário do que em 2016, por exemplo: não deve haver criação de empregos formais suficientes para compensar os danos.

Portanto, trata-se uma recuperação em meio a ruínas. Como em filmes do pós-Segunda Guerra, vê-se a vida voltar ao normal em cidades de prédios destruídos por bombas e o povo sujeito a racionamento de comida.

Dado que a situação econômica é muito frágil e o governo do Brasil está quebrado, há o risco de choques externos ou tumulto político colocarem tudo a perder. Mas, por ora, é preciso pensar a vida no pós-guerra. Tende a ser diferente.

(Vinicius Torres Freire - Está na Folha desde 1991. Em sua coluna, aborda temas políticos e econômicos).

02/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Datafolha indica confiança em queda da inflação e aumento da renda

O pessimismo dos brasileiros com a economia diminuiu nos últimos meses e atingiu em janeiro o nível mais baixo verificado nos últimos três anos, segundo o Datafolha.

Os números estão longe de representar um surto de otimismo na população, mas sugerem que sua confiança nos primeiros sinais de recuperação da economia após três anos de recessão é crescente.

A melhoria de expectativas foi mais acentuada nas projeções que as pessoas fazem para o poder de compra dos seus salários, um reflexo da queda acelerada da inflação no ano passado e da lenta recuperação observada no mercado de trabalho com a reação da atividade econômica.

Segundo o Datafolha, 37% dos brasileiros acham que seu poder de compra vai diminuir nos próximos meses. Há um ano, 59% pensavam dessa maneira. Para 22%, a renda irá aumentar. Outros 38% dizem que o seu poder de compra continuará igual.

As estatísticas mais recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que o desemprego está caindo e a renda dos trabalhadores se recupera, graças principalmente à criação de vagas no mercado informal, sem registro em carteira.

O Datafolha entrevistou 2.826 pessoas em 174 municípios do país, entre segunda (29) e terça-feira (30).

Apesar da queda acentuada da inflação nos últimos meses, a preocupação dos brasileiros com o custo de vida ainda é grande, mas ela também está diminuindo, de acordo com o levantamento.

Para 55% dos entrevistados pelo Datafolha, a inflação vai aumentar nos próximos meses. Outros 12% acham que ela vai diminuir e 28% apostam que ela irá permanecer nos níveis atuais.

Em julho de 2016, dois meses depois do afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e da posse do presidente Michel Temer (MDB), 60% acreditavam que a inflação ia subir, segundo o Datafolha.

Mas a recessão econômica e a atuação do Banco Central, que aumentou os juros para segurar os preços, fizeram a inflação cair rapidamente. No ano passado, ela ficou abaixo da meta fixada pelo governo.

O êxito alcançado no combate à inflação permitiu que o BC reduzisse as taxas de juros. As projeções dos economistas indicam que a inflação voltará a subir neste ano, mas ela deve ficar próxima do centro da meta oficial, que é de 4,5%.

Segundo o Datafolha, também diminuiu o número de brasileiros que preveem uma piora no mercado de trabalho nos próximos meses. Há um ano, 67% achavam que o desemprego iria aumentar. Hoje, 47% ainda pensam assim.

Apesar da melhora nas expectativas, o levantamento indica que as pessoas ainda parecem ver com cautela o futuro. Apenas 23% acreditam que o desemprego vai diminuir nos próximos meses, e 26% acham que ele continuará como está por um tempo.

Mesmo assim, os níveis de pessimismo apontados pela pesquisa são bastante inferiores aos verificados no início de 2015, quando Dilma assumiu o segundo mandato em meio à recessão e ao início da crise política que levaria à sua queda no ano seguinte.

Em fevereiro de 2015, 81% achavam que a inflação iria aumentar, 62% previam o avanço do desemprego e 57% esperavam que o poder de compra de seus salários iria diminuir.

Balança comercial tem superavit de US\$ 2,8 bi em janeiro

02/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Resultado é o segundo melhor para o mês da série histórica

O Brasil teve superavit comercial de US\$ 2,768 bilhões em janeiro, segundo melhor resultado para o mês da série iniciada em 1989, ajudado pelo resultado recorde obtido nas exportações, informou o Mdic (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços) nesta quinta-feira (1º).

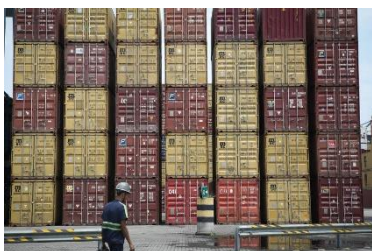
O dado veio um pouco pior que expectativa de saldo positivo em US\$ 3,026 bilhões, segundo pesquisa Reuters com analistas. Olhando para os meses de janeiro, ficou atrás apenas do superavit obtido em 2006, de US\$ 2,835 bilhões.

No primeiro mês do ano, as exportações cresceram 13,8% sobre igual mês do ano passado, pela média diária, a US\$ 16,968 bilhões, melhor desempenho para o período desde o início da série histórica.

As importações, por sua vez, cresceram em um ritmo ainda mais acentuado, na esteira da retomada econômica. Na comparação com janeiro do ano passado, o aumento foi de 16,4%, para US\$ 14,199 bilhões.

Após a balança comercial brasileira ter encerrado 2017 com superavit recorde de US\$ 67 bilhões, o Mdic projeta que neste ano o saldo ficará positivo em US\$ 50 bilhões, já que a aceleração da atividade em 2018 deve elevar as importações.

DESTAQUES



Em janeiro, as exportações foram puxadas pelos manufaturados, que cresceram 23,6% sobre um ano antes, a US\$ 6,327 bilhões, com destaque para a elevação de 474,4% nas vendas de aviões, para US\$ 198 milhões.

As exportações nas demais categorias também subiram. A alta foi de 11,2% nos produtos básicos, para US\$ 7,544 bilhões, e de 1,1% em semimanufaturados, para US\$ 2,625 bilhões.

Já as importações em janeiro foram impulsionadas pelos combustíveis e lubrificantes, que registraram aumento de 96,3% sobre igual mês do ano passado.

Também subiram as compras de bens de consumo (+19,2%), bens de capital (+11,4%) e bens intermediários (+5,8%).

Consumo de energia cresce 0,8% em 2017, primeira alta em três anos

02/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O consumo de energia elétrica totalizou 463.948 gigawatts-hora (GWh) em 2017, o que corresponde a um crescimento de 0,8%, no primeiro resultado positivo dos últimos três anos, segundo levantamento da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Somente em dezembro, o consumo foi de 39.288 GWh, alta de 1,7% em relação ao verificado no mesmo período do ano anterior.

O consumo no mercado cativo (atendido pelas distribuidoras) teve queda de 5,6% em 2017 e de 3% em dezembro, influenciada pela migração de consumidores para o mercado livre, que cresceu 18,4% e 13,7%, respectivamente.

Dentre as classes de consumo, destaque para o segmento industrial, que cresceu 1,3% no ano passado, alcançando 165.883 GWh, após duas quedas consecutivas nos anos anteriores, reflexo da melhora “lenta e gradual” da conjuntura econômica. A EPE destacou o desempenho dos ramos extrativo mineral (+4,9%), alimentício (+3,6%) e de papel e celulose (+2,9%), mas também chamou a atenção a alta de 5,5% no consumo de energia pelo setor automotivo.

A classe residencial, por sua vez, registrou um aumento mais tímido no consumo de energia, de 0,8%, influenciado principalmente pela expansão da base de consumidores. “Mesmo crescendo aquém do histórico, afetada pela fraca atividade do mercado imobiliário, a base avançou 2,4%, alcançando 70,9 milhões de unidades consumidoras, e compensou, assim, a retração a 157 kWh/mês (-1,5%) do consumo médio por residência”.

A EPE salientou que o consumo residencial apresentou desempenho mais positivo no segundo semestre (+1,4%) em relação à primeira metade do ano (+0,6%) e lembrou que ao longo do ano as condições do mercado de trabalho foram melhorando, ao passo que o barateamento do crédito e os recursos extraordinários do FGTS incentivaram a compra de eletrodomésticos, em parte visando a substituição de equipamentos.

“A entrada desses equipamentos mais eficientes que os anteriores implicam uma redução do consumo”, explicou a EPE, prevendo que a situação deve se reverter num segundo momento, à medida que o mercado de trabalho se torne mais consistente e o orçamento doméstico esteja menos pressionado, permitindo a aquisição de novos equipamentos que possam resultar em aumento do consumo de energia.

Por fim, a classe comercial apresentou pequena variação no consumo em 2017, de 0,3% frente ao ano anterior, influenciada pelo crescimento registrado em 15 das 27 unidades da federação, o que, na visão da EPE, evidencia a “disparidade na retomada da atividade econômica dentre os Estados”.

Dezembro

Considerando somente o comportamento de dezembro de 2017, o consumo industrial cresceu 4,4%, apesar de o mês ter tido dois dias úteis a menos que igual período de 2016. Destaque para o setor metalúrgico, que demandou 11% mais eletricidade, seguido pelos setores de borracha e material plástico (+6,8%) e automotivo (+6,6%). Já a classe comercial apresentou uma evolução no consumo de eletricidade de 1,4% no período, desempenho também atribuído à retomada da economia.

O consumo de energia elétrica por residências cresceu apenas 0,3% no último mês de 2017, em relação ao ano anterior. Segundo a EPE, fatores como temperatura mais amenas e ciclo de faturamento (com menos dias) teriam influenciado no desempenho. “Expurgado, por exemplo, o efeito do ciclo menor de faturamento, o crescimento verificado seria de aproximadamente 1%”, afirmou.

Importação de petróleo e combustível cresce 64,1% com economia aquecida, diz MDIC

02/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

A balança comercial brasileira registrou aumento de importações a taxas superiores às exportações em janeiro, com as compras do exterior aumentando 16,4% enquanto as vendas subiram 13,8%. Houve aumento nas importações de petróleo e derivados (64,1%), atribuída ao aquecimento da demanda interna pelo diretor de Estatísticas e Apoio às Exportações do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Herlon Brandão.

Brandão destacou que, em janeiro, as exportações foram recordes para o mês da série histórica (1989). Segundo ele, a alta é explicada mais pelo aumento na quantidade embarcada (+12,9%), enquanto o preço dos produtos ficou praticamente estável em janeiro (+0,81%).

“O principal motivo para o aumento das exportações em janeiro foi o crescimento dos manufaturados, que foi a categoria de produtos que mais cresceu (23,6%), com destaque para produtos siderúrgicos e material de transporte”, afirmou Brandão.

Além disso, ainda há o efeito da “supersafra de grãos”, que impulsionou os embarques.

Cade julgará fusões de grandes empresas e ação contra montadoras no dia 7

02/02/2018 – Fonte: GS Notícias

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) fará sua primeira sessão de julgamento de 2018 na próxima quarta-feira, 7, com início às 10 horas. Na pauta, sete itens. Dentre eles, a compra da Votorantim Siderurgia pela ArcelorMittal e a aquisição da Monsanto Company pela Bayer Aktiengesellschaft.

Conforme o Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado) apurou, no caso de ArcelorMittal e Votorantim, o Cade aguarda ainda uma oferta “mais robusta” das empresas para chegar a um acordo no processo. Pelo acordo, a divisão de siderurgia do grupo da família Ermírio de Moraes torna-se acionista minoritária da multinacional de aço no Brasil, com 15% do negócio de aços longos.

Se considerados todos os negócios da ArcelorMittal no mercado brasileiro, a fatia dos Ermírio de Moraes cai para 3%. Segundo fontes, o Cade ainda não está satisfeito com a oferta apresentada pelas siderúrgicas.

Montadoras

Na sessão da quarta-feira, o Cade também vai retomar o julgamento de um processo contra Fiat, Ford e Volkswagen movido pela Associação Nacional dos Fabricantes de Autopeças (Anfape). Em julgamento de novembro do ano passado, o conselheiro Paulo Burnier votou pela condenação das montadoras e pediu o pagamento de multas que somam R\$ 4,2 milhões. No entanto, o julgamento foi interrompido por um pedido de vista do conselheiro Maurício Maia e só agora retorna à pauta.

No processo, que se arrasta há dez anos no Cade, a Anfape acusa as montadoras de conduta anticompetitiva por impedir os fabricantes independentes de produzirem peças externas para reposição, como para-choques, lataria, faróis e retrovisores. As montadoras negam as irregularidades.

Outros processos

O Cade ainda vai julgar na quarta-feira um ato de concentração entre o Grupo Petrotemex e a Petrobras e um outro entre Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens e Cryovac Brasil, além de um processo contra a Helicópteros do Brasil

(Helibrás) e um pedido de reapreciação em processo que investiga conduta dos sindicatos dos Transportadores Autônomos de Contêineres do Litoral Paulista, das Empresas de Transporte Comercial de Carga no Litoral Paulista e dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista.

A ação contra os sindicatos foi apresentada pelo Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos (CAP).

Venda de veículos novos cresce 23,14% em janeiro, diz Fenabrave

02/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

O mercado de veículos novos no Brasil começou 2018 em alta. Foram 181,2 mil unidades vendidas em janeiro, crescimento de 23,14% em relação a igual mês do ano passado, segundo dados divulgados nesta quinta-feira, 1º de fevereiro, pela Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), que considera automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. O aumento, no entanto, só foi expressivo porque o número de unidades vendidas em janeiro de 2017 foi o menor para o mês desde 2006.

Por outro lado, em relação a dezembro as vendas caíram 14,75%. Boa parte da retração é explicada por questões sazonais, uma vez que o último mês do ano costuma ser o período mais aquecido da economia e o primeiro mês tende a ser mais morno, em razão de outras despesas que os consumidores têm nessa época, como pagamento de impostos.

Entre os segmentos, a venda dos chamados veículos leves, que somam os automóveis e os comerciais leves e representam mais de 90% do mercado total, atingiu 175,5 mil unidades, expansão de 22,3% na comparação com janeiro do ano passado, mas queda de 14,3% em relação a dezembro.

No caso dos pesados, os caminhões somaram 4,6 mil emplacamentos no primeiro mês de 2018, alta de 56,2% sobre o volume de janeiro de 2017, mas retração de 25,5% em comparação com o último mês do ano passado. Os ônibus, por sua vez, atingiram 1,1 mil unidades vendidas, avanço de 56,2% em relação a janeiro do ano passado, porém contração de 30,4% sobre o resultado de dezembro.

A projeção da Fenabrave para o resultado do ano é de crescimento de 11,8%, para 2,5 milhões de unidades. A estimativa é similar à da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), que fala em expansão de 11,7%.

Importações de automóveis, principalmente da Argentina, subiram 58%

02/02/2018 – Fonte: Tribuna PR

Depois do fim do programa automotivo Inovar-Auto, em dezembro, e sem as definições do novo programa, as importações de veículos de passageiros subiu 58% em janeiro, na comparação com o mesmo mês de 2016. O programa previa um aumento de 30 pontos percentuais no IPI de carros que não cumprissem um mínimo de conteúdo nacional.

Em janeiro, o valor importado foi de US\$ 272 milhões, menor, no entanto do que em dezembro (US\$ 291 milhões), quando o Inovar-Auto ainda estava em vigor. Para o diretor de Estatísticas e Apoio às Exportações do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Herlon Brandão, ainda é cedo para atribuir o aumento das importações ao fim do programa automotivo. "O aumento nas importações pode estar relacionado com o fim do Inovar Auto, mas também com a maior demanda interna", afirmou.

De acordo com dados do MDIC, houve aumento na compra de automóveis de destinos que eram sobretaxados com o Inovar-Auto, como Coreia do Sul (445%, de US\$ 4,4 milhões em janeiro de 2017 para 24 milhões em janeiro deste ano), Alemanha (204%, de US\$ 8,8 milhões para US\$ 26,8 milhões), Japão (176%, de US\$ 7,6 milhões para US\$ 21 milhões) e China (87,5%, de US\$ 1,6 milhão para US\$ 3 milhões).

Da Argentina, que não tinha as vendas de automóveis para o Brasil sobretaxadas por fazer parte do Mercosul, o aumento na mesma comparação foi de 62,8% (de US\$ 70,3 milhões para US\$ 114,5 milhões). Do México, que também não tinha sobretaxa por ter acordo automotivo com o Brasil, houve queda de 17,3% no mesmo período (de US\$ 60,1 milhões para US\$ 49,7 milhões).

Petróleo

Em janeiro, houve crescimento também nas importações de petróleo e derivados (64,1%), também atribuído pelo MDIC à demanda interna aquecida, que aumenta o consumo do produto. Para este ano, apesar do aumento nas compras, a expectativa de Brandão é que haja um superávit na conta petróleo, principalmente por conta do aumento na produção interna.

A previsão do governo é que o superávit da balança comercial chegue a US\$ 50 bilhões, considerado significativo, mas abaixo dos US\$ 67 bilhões registrados em 2017, recorde anual. "As importações devem crescer a taxas superiores às exportações", completou Brandão.

Após fim do Inovar-Auto, importação de veículos sobe 58%

02/02/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Tarifa extra de IPI deixou de vigorar com término do programa



Carros importados em terminal no porto de Santos - Alex Almeida - 10.mar.06/Folhapress

As importações de automóveis para passageiros saltaram 58% em janeiro sobre igual mês do ano passado, para US\$ 272 milhões, num movimento que pode guardar reflexo com o fim do [Inovar-Auto](#), divulgou o Mdic (Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços) nesta quinta-feira (1º).

Concebido no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, o Inovar Auto elevou em 30 pontos percentuais o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre veículos importados, com prazo de vigência até dezembro. Em janeiro, portanto, os veículos importados passaram a não arcar mais com a sobretaxa.

Segundo o diretor de Estatísticas e Apoio às Exportações do MDIC, Herlon Brandão, a expiração do programa pode explicar parte do avanço na compra de automóveis vindos de fora.

Ele pode estar relacionado com o fim do IPI do Inovar-Auto e também com a maior demanda interna, disse.

Na comparação com janeiro do ano passado, a importação de veículos da Alemanha, por exemplo, subiu de US\$ 8,8 milhões para US\$ 26,8 milhões.

Em relação aos automóveis vindos da Coreia do Sul, o aumento foi de US\$ 4,4 milhões para US\$ 24 milhões. As compras de veículos do Japão, por sua vez, cresceram de US\$ 7,6 milhões para US\$ 21 milhões em janeiro deste ano.

As da Suécia passaram de US\$ 1,2 milhão para US\$ 6,1 milhões, e as da China, de US\$ 1,6 milhão para US\$ 3 milhões.

Brandão ressaltou, por outro lado, que, em termos de unidades, foram comprados 4.292 veículos a mais em janeiro sobre um ano antes, sendo mais da metade --2.415-- vindos da Argentina, que não é afetada pelo fim do Inovar-Auto, pois, assim como o México, é um país com o qual o Brasil já possui acordo automotivo.

Diante do aumento do PIB (Produto Interno Bruto) e do crescimento da renda, é natural que aumente a demanda por importação de automóveis, ressaltou Brandão. Em 2017, a fatia dos importados nas vendas de veículos novos no Brasil caiu a 10,9%, menor nível desde pelo menos os dez anos anteriores. A expectativa da associação de montadoras, Anfavea, é que a participação cresça para 15% neste ano.

Brandão lembrou quem apesar da expansão da importação sobre janeiro de 2017, as compras de veículos importados na realidade caíram em relação a dezembro, quando somaram US\$ 291,1 milhões, e novembro, quando alcançaram US\$ 328,7 milhões. Nesses meses, o Inovar Auto ainda seguia em vigência.

O governo do presidente Michel Temer iniciou discussões sobre um novo regime automotivo, o Rota 2030, de mais longo prazo que o Inovar-Auto, mas até agora não conseguiu acordo sobre as novas diretrizes em meio a críticas do Ministério da Fazenda, que tenta controlar o quadro de desequilíbrio fiscal do país.

O Inovar-Auto foi considerado fora das regras pela OMC (Organização Mundial do Comércio) por dPesados começam 2018 com alta nas vendas

Licenciamentos de caminhões e ônibus crescem 56,5% em janeiro

02/02/2018 – Fonte: Automotive Business



O segmento de **veículos pesados** volta a ter um começo de ano positivo: no primeiro mês de 2018, as **vendas** de caminhões e ônibus passaram das 5,7 mil unidades, representando alta de 56,5% sobre os 3,6 mil emplacados em igual mês do ano passado. Isto não acontecia desde 2012, quando em janeiro daquele ano houve alta de 5,9% sobre igual mês de 2011: naquela ocasião, o mercado emplacou mais de 15,6 mil veículos pesados.

Nos cinco anos seguintes, entre 2012 e 2017, todos os resultados foram negativos para o setor no fechamento de cada janeiro. Por isso, este ano começa diferente para o segmento pesado, que acumula queda de mais de 70% neste período. Em 2017, o segmento de pesados chegou a registrar queda de 42%, mas reverteu o cenário e terminou com expansão de 3,5% sobre o ano anterior, com pouco mais de 52 mil emplacamentos.

Logo na primeira semana de 2018, a Fenabrave apontou que para este ano o cenário é de recuperação para o mercado como um todo, inclusive para o segmento pesado, para o qual espera avanço de 8,6% nos licenciamentos, para 72,9 mil veículos, entre caminhões e ônibus (leia [aqui](#)). Contudo, segundo a entidade, o patamar saudável é entre 100 mil e 120 mil unidades por ano, o que só deve ser alcançado após 2020.

Na análise de janeiro, que contou com 22 dias úteis (sem considerar o feriado do aniversário da cidade de São Paulo), os emplacamentos de caminhões cresceram 56,2%, para um total de 4,5 mil unidades. As vendas de ônibus subiram em proporção semelhante: com pouco mais de 1,1 mil chassis emplacados, houve aumento de 57,7% sobre as 707 unidades licenciadas em janeiro de 2016.

Sobre dezembro, há queda em ambos os mercados, de 25,5% e de 30,4%, respectivamente para caminhões e ônibus.

CooperStandard volta a crescer com novos projetos

02/02/2018 – Fonte: Automotive Business



Linha de guarnições de borracha: em alta

Após acumular perdas no Brasil desde 2013, sem capacidade de participar de novos projetos das montadoras por problemas de qualidade e entrega, o processo de recuperação iniciado em 2015 foi penoso para a **CooperStandard**, mas começou a mostrar resultados no ano passado, quando o faturamento voltou a crescer, em torno de 15% sobre 2016, somando R\$ 340 milhões.

“Ficou até acima das nossas projeções, esperávamos R\$ 300 milhões. Ainda perdemos dinheiro no País (prejuízo em torno de R\$ 10 milhões em 2017), mas cumprimos a missão de sanear a empresa que começamos há dois anos, quando a situação era devastadora e era grande a possibilidade de fechar a operação.

Voltamos a ficar aptos a fornecer a qualquer montadora, estamos no caminho para voltar a lucrar a partir deste ano com conquista de diversos novos contratos que vão começar em 2018 e seguem em 2019”, conta Jürgen Kneissler, diretor geral da empresa na América do Sul.

A CooperStandard está entre as maiores fabricantes mundiais de vedações de borracha (guarnições de portas e vidros), dutos de condução de fluídos de freios e combustível, mangueiras e componentes antivibração (coxins), com 97 fábricas em 20 países e vendas globais que somaram US\$3,8 bilhões em 2017.

No ano passado, o avanço no Brasil foi orgânico, conquistado com contratos antigos pelo aumento da produção de veículos, ajudado também pelo fornecimento de 100% das guarnições do carro mais vendido do mercado brasileiro, o Onix da General Motors. Este ano, pelos mesmos motivos, Kneissler espera por evolução tímida no faturamento, que deve se elevar a R\$ 350/360 milhões, não mais do que 10% de expansão.

“Estamos sendo conservadores, porque os novos projetos que conquistamos só começam de fato a entrar no caixa em 2019. Aí sim esperamos por crescimento bem mais robusto, que poderá ser de 50%”, explica o executivo.

Após a reestruturação da gestão da empresa e investimentos que chegaram a R\$ 20 milhões em modernização das fábricas de Varginha (MG) e Atibaia (SP), a CooperStandard retomou os padrões de qualidade e voltou a participar de concorrências.

Já venceu várias. Está no horizonte a partir do último trimestre de 2018 o início do fornecimento de vedações e dutos para 19 novos projetos, que deverão impulsionar significativamente os negócios. Entre os clientes estão a Toyota (a empresa já fornece para o Etios e deverá enviar guarnições também para o Yaris e o novo Corolla), um fornecedor de primeiro nível da GM escolheu a CooperStandard para os dutos do projeto GEM (nova plataforma para mercados emergentes que deverá substituir a atual do Onix), a Volkswagen usa as vedações da empresa para carros sobre base MQB (incluindo o novo T-Cross), o novo Hyundai HB20 também usará, além de novidades em fase de desenvolvimento da Ford, Fiat Chrysler (FCA) e Grupo PSA (Peugeot e Citroën).

NOVAS FÁBRICAS

A CooperStandard já fornece componentes para a Fiat em Betim (MG) e conquistou recentemente novo contrato para enviar material para projetos do Complexo Industrial Jeep em Goiana (PE). Para atender o cliente, decidiu sair de Camaçari (BA), onde manterá só alguns dos 150 funcionários para atender processos de montagem na Ford, e está construindo nova planta em Divina Pastora, no interior de Sergipe, a 40 km da capital Aracaju e a 10 km da BR 116.

A pedra fundamental da unidade no terreno de 51 mil metros quadrados foi assentada em novembro passado com investimento próprio de R\$ 10 milhões (leia [aqui](#)). "Escolhemos a localização –entre Goiana e Camaçari – porque recebemos incentivos fiscais e outros benefícios do governo estadual, que inclusive vai erguer a fábrica (de 10 mil m2) e nos alugar por preço muito conveniente.

A mão de obra lá, com salários mensais de R\$ 1,2 mil a R\$ 1,3 mil, também é bem mais barata do que estamos pagando em Camaçari", conta Kneissler. Em uma primeira fase, a fábrica vai empregar 200 pessoas e chegar a 400 cerca no horizonte de um ano.

Também está nos planos uma nova unidade de produção na Região Sul, para atender clientes como Volkswagen e Renault no Paraná e GM no Rio Grande do Sul. "Ainda não decidimos onde fazer, mas avaliamos que será necessário e estamos estudando as possibilidades", diz o executivo.

Está em curso ainda algumas transferências de processos da divisão de vedações de Varginha para Atibaia, que inaugura até abril uma unidade de extrusão de borracha e deve elevar o número de empregados de 170 para 200.

A planta mineira já teve 1,8 mil funcionários, reduziu para 1,2 mil e deve continuar a cortar até chegar aos 900/800. "Varginha estava sobrecarregada e com maquinário antigo. Estamos reestruturando a unidade dentro do processo de modernização e enxugamento da empresa", afirma Kneissler.

A CooperStandard já fornece componentes às fábricas da Volkswagen, PSA e Renault na Argentina (também para a Ford, mas deve parar com o fim da fabricação do Focus em breve).

Os clientes pedem para instalar unidade de produção no país vizinho. "Para fazer mais lá precisamos de volumes maiores para fechar a conta, mas até o fim deste ano devemos começar uma operação satélite dentro em um novo projeto da planta argentina da PSA, depois vamos ver como as coisas evoluem", revela.

Motos começam 2018 com alta de 13,9%

02/02/2018 – Fonte: Automotive Business



A venda de **motos** em janeiro somou 77 mil unidades, registrando **alta de 13,9%** sobre o mesmo mês do ano passado. O setor de motocicletas não começava um ano com crescimento sobre igual período do ano anterior desde 2014.

Os emplacamentos do mês quase repetiram os de dezembro e ficaram 8,5% da média de 2017. Outro destaque vai para o aumento da participação do Sudeste. A região começou 2018 com 35,7%, ante 32,9% do Nordeste. O Sudeste não largava na frente desde 2009.

Embora com renda per capita mais alta, a região perdeu a liderança para o Nordeste na década passada, mas pode retomá-la este ano. Quando analisadas as participações de ambas as regiões no consolidado de 2017, o Sudeste respondeu por 34,3% dos emplacamentos e o Nordeste, por 34,1%. Os números são da Fenabreve, federação que reúne as associações de concessionários.

A Honda, líder absoluta, respondeu por 61,5 mil unidades licenciadas em janeiro, 79,9% do total. As oito motos mais vendidas no mês são da Honda. Surpreende o quarto lugar para a Haojue, marca chinesa cujas motos vêm sendo nacionalizadas em Manaus dentro da estrutura da J. Toledo Suzuki. A Haojue Chopper 150 foi a oitava moto urbana mais vendida em janeiro, com 275 unidades.

O segmento premium é liderado pela BMW, que teve 448 motos emplacadas em janeiro, seguida de perto pela Harley-Davidson, com 410 motos.

Vendas de veículos têm o melhor janeiro em dois anos

02/02/2018 – Fonte: Automotive Business

As **vendas** de **veículos** começaram bem o ano: em janeiro, os emplacamentos cresceram 22% na comparação com o mesmo mês de 2017, ao registrar um total de 175,5 mil unidades, entre automóveis e comerciais leves, de acordo com dados divulgados na quinta-feira, 1º, pela Fenabreve, entidade que reúne as concessionárias. Este é o melhor volume dos últimos dois anos para o mês de janeiro: no ano passado, os licenciamentos ficaram em 143,5 mil e no janeiro anterior, não passaram de 149,6 mil.

"O cenário econômico, deste início de ano, é totalmente diferente do início de 2017. As expectativas renovadas em função da melhora dos índices econômicos, refletem, diretamente, na confiança do consumidor e favorecem o mercado de veículos. A Fenabreve tem projeções otimistas para o ano de 2018. Acreditamos que, gradualmente, o setor da distribuição de veículos retome seu ritmo normal", afirma o presidente da entidade, Alarico Assumpção Júnior.

Contudo, o desempenho de janeiro continua abaixo do de dezembro, historicamente mais forte em termos de vendas, em parte por causa do aumento da renda das famílias com a chegada do 13º salário. Nesta comparação, o resultado de janeiro recuou 14,3%, uma vez que em dezembro o mercado emplacou mais de 204,8 mil automóveis e comerciais leves.

“A queda de janeiro deste ano sobre dezembro de 2017, no geral, pode ser atribuída ao já tradicional comprometimento de renda dos consumidores no início do ano, em função das matrículas e materiais escolares, IPVA, entre outras despesas que refreiam o consumo de veículos neste período”, analisa Assumpção.

Por segmento, com 148,8 mil unidades, o de automóveis impulsionou o setor ao encerrar o primeiro mês do ano com alta de 22,6% sobre janeiro de 2017, quando o mercado havia absorvido 121,3 mil unidades. Da mesma forma, as vendas foram 13,4% menores que as de dezembro, quando o volume chegou a 171,9 mil.

Em comerciais leves a dinâmica é a mesma: houve aumento de 20,2% em janeiro sobre igual mês do ano passado, de 22,1 mil para 26,6 mil, enquanto na comparação com o último mês de 2017 a queda foi de 18,8%.

PROJEÇÕES PARA O ANO

No início do ano, a Fenabrave divulgou estimativa de que as vendas de veículos leves em 2018 devem alcançar volume de 2,43 milhões, o que representaria crescimento de 11,9%. Entre outros fatores, a projeção leva em conta a continuidade das vendas diretas, que neste ano deve seguir com participação de 40% do total de vendas

Kia e Santander fecham parceria para concessão de crédito

02/02/2018 – Fonte: Automotive Business



Para Gandini, parceria reforça expectativa de crescimento em 2018

A **Kia Motors** e o **Santander Brasil** firmaram uma parceria para a constituição da Kia Financiamentos, novo braço da importadora e montadora destinado à oferta de crédito para os veículos da marca. A divisão será administrada pelo Santander.

“A Kia Financiamentos será fundamental na retomada de nosso crescimento. Ao fortalecer as vendas no varejo com taxas competitivas, as chances de crescimento passam a ser reais”, afirma o presidente da Kia Motors do Brasil, José Luiz Gandini.

Os mais de 100 pontos de venda da Kia vão utilizar um sistema criado pela Santander Financiamentos. O modelo simplifica e agiliza a liberação dos recursos ao reduzir de mais de 100 para apenas nove o número de campos a serem preenchidos a fim de dar início ao processo de financiamento.

Em 2017 o Santander ampliou em 3,1 pontos percentuais sua participação no mercado de financiamento de veículos, que atingiu 23% do total nacional.

A carteira de crédito de veículos para pessoas físicas registrou expansão de 20% em 12 meses, para R\$ 36,2 bilhões no fim do ano passado.